



PAUTA DE REIVINDICAÇÃO PARA A DIREÇÃO DO MSTTR

MARCHA DAS MARGARIDAS –

2003 RAZÕES PARA MARCHAR

COORDENAÇÃO NACIONAL DA MARCHA DAS MARGARIDAS:

ENTIDADES PROMOTORAS: CONTAG / FETAG's / STR's / CUT / Secretaria de Mulheres do CNS / MMTR/NE / MLT / MIQCB

ENTIDADES APOIADORAS: Marcha Mundial de Mulheres No Brasil / CPT / FASE / Rede LAC / ESPLAR / Fórum Carajás / Sempre Viva Organização Feminista / Casa Lilás / Loucas de Pedra Lilás / OXFAM / CÁRITAS / CESE / Fundo SAAP / BÖLL / Cristhian Aid / IICA / NEAD / UNIFEM / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres / MDA.

INTRODUÇÃO

A MARCHA DAS MARGARIDAS é um grande processo de animação e mobilização das trabalhadoras rurais em todos estados brasileiros, que busca contribuir para garantir e ampliar as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, seja no espaço privado ou no espaço público, ou ainda, seu espaço na sociedade ou nas direções e instâncias dos movimentos sociais.

A MARCHA DAS MARGARIDAS torna visível o protagonismo das trabalhadoras rurais no MSTTR. Esse espírito de luta se fortalece cotidianamente na história de vida política de muitas mulheres trabalhadoras rurais que doaram e doam sua vida por justiça e igualdade para todas e todos.

Quando estamos pleiteando políticas específicas por parte do poder público, ou pleiteando ações políticas específicas do MSTTR. Estamos chamando atenção para uma grande dívida social e política que o movimento sindical de trabalhadorese trabalhadoras ruaris tem com as mulheres trabalhadoras rurais brasileiras.

Contudo, garantir e ampliar as conquistas das trabalhadoras rurais é também repensarmos a nossa prática e organização sindical do campo.

Exercemos importante papel político na construção do MSTTR ao longo desses 40 anos de história e lutas. É bem verdade que essa importância nem sempre foi visível, reconhecida e valorizada pela grande maioria de dirigentes do MSTTR, sejam homens ou até mesmo algumas mulheres.

Essas mudanças começam a ocorrer e apresentar frutos valiosos. Sejam com a ampliação da quantidade de mulheres nas direções dos Sindicatos, Federações e na CONTAG, mais também com a qualidade dessas companheiras que vem demonstrando que o exercício da autoridade política não pode confundir-se com a pressão e opressão.

A maioria dos nossos dirigentes incluíram nas suas intervenções questões das mulheres, jovens e pessoas da terceira idade, porém, ainda continuam com comportamentos conservadores e preconceituosos no cotidiano sindical:

- i. Os atos de violência física de diretores contra coordenadoras ou diretoras nos STR's, ou envolvendo dirigentes de federações, ainda são resolvidos pelos dirigentes com o famosos "abafa-abafa", obrigando as companheiras a afastar-se do MSTTR, constrangidas e desiludidas;
- ii. Ou ainda os casos de estupro que chegam ao nosso conhecimento, sem que nada seja feito por parte das direções de sindicatos, Pólos, federações e até mesmo da CONTAG, via de regra, os votos a serem conquistados para a próxima eleição ou congresso falam mais alto;
- iii. Maioria das FETAGs e STRs ainda não instituíram a obrigatoriedade da política de cota mínima de 30% de mulheres em seus estatutos;
- iv. Algumas coordenadoras ou secretarias de mulheres não recebem qualquer tipo de ajuda de custo pelo trabalho desenvolvido. Quando estão em outros cargos, recebem gratificações menores que os demais dirigentes;
- v. Os cargos de suplência de direção são, majoritariamente, ocupados pelas mulheres.

Portanto, muito ainda precisa ser feito ao nível da construção de uma Gestão Sindical que promova a inclusão política, social e econômica de mulheres e

homens de forma igualitária, ao mesmo tempo que percebe as especificidades de geração, raça e etnia.

A MARCHA DAS MARGARIDAS – 2003 Razões para Marchar, entende que esse desafio está dado para homens e mulheres que constroem cotidianamente o MSTTR. No entanto, entende que a responsabilidade da direção da CONTAG nessa empreitada é dobrada. Seja na desconstrução dessa prática sindical conservadora e preconceituosa, mais também, na construção criteriosa de um MSTTR plural, incluyente, democrático e garantidor da equidade de Gênero, de Geração, de Raça e de Etnia.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES:

1. Apuração e punição as federações e sindicatos que descumprem as deliberações dos congressos do MSTTR, principalmente no que diz respeito a cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias de deliberação do MSTTR, e da cota de 50% de mulheres nas atividades de formação desenvolvidas pelo MSTTR;
2. Promover denúncias e incentivar as mulheres a romper o silêncio e denunciarem atos de violência, que acontecem nos sindicatos, associações, cooperativas, federações e nos locais de trabalho;
3. Acelerar as apurações dos casos de denúncias de abuso sexual e/ou violência ocorridas no MSTTR;
4. Garantir e ampliar a política de cotas de mulheres nas direções das entidades e nos espaços de deliberação do MSTTR;
5. Efetivação, acompanhamento e monitoramento da Política de Cotas de Mulheres em todas as instancias do MSTTR;
6. Fortalecimento, ampliação e qualificação das Comissões de Mulheres em todas as instancias do MSTTR;
7. Estimulo e fortalecimento da participação das mulheres nos processos eleitorais do MSTTR e nas eleições partidárias;

8. Estimular os STTR's e Pólos nas discussões das questões de gênero, geração, raça e etnia;
9. Garantir que os sindicatos assumam a luta contra à violência a mulher como uma luta dos trabalhadores em geral e defendam as mulheres vítimas de violência independentemente de serem ou não sócias do sindicato.
10. Exigir o cumprimento dos acordos coletivos e a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho nos locais de trabalho, principalmente nas questões voltadas para as mulheres;
11. Exigir do gestor público a obrigatoriedade das reuniões dos Conselhos Municipais de Saúde;
12. Organizar comissões/coletivos de saúde nas comunidades, nos sindicatos e locais de trabalho;
13. Incentivar Encontros de formação sobre agroecológica nos municípios e nas comunidades, tendo como público preferencial as mulheres trabalhadoras rurais;
14. Organizar manifestações públicas para exigir a punição dos criminosos, nos casos de crimes contra as mulheres;
15. Estimular Feiras Populares dos produtos e serviços produzidos pelas trabalhadoras rurais nas cidades Pólo dos Estados;
16. Formulação e implementação de uma Política Transversal de Gênero para o MSTTR; m todas as políticas e ações do MSTTR;